A performance do indivíduo inseguro – uma visão antropológica da saúde segundo Alain Ehrenberg

Gisela Vasconcellos Monteiro; Rafael Moreira Dardaque Mucinhato; Breno Ayres Chaves Rodrigues; Laís Barreto Barbosa; Rosa Maria Ferreiro Pinto; Jéssica Silva Gottschalk Roseane Carlos Cordeiro

UNISANTA – Universidade Santa Cecília
e-mail para correspondência: gisela@unisanta.br

Resumo:
A performance do indivíduo inseguro foi sendo estruturada na sociedade francesa, assim como na europeia/ocidental urbanizada, segundo condições sociais e econômicas específicas. Os livros de Alain Ehrenberg "O culto da performance" e "O indivíduo insuficiente" são a base que fundamentam este ensaio. Segundo o autor os indivíduos franceses dos anos 1990 saíram aos poucos de uma sociedade na qual as camadas sociais estruturavam os embates políticos e organizavam coletivamente as identidades pessoais, dentro de um panorama nacional estável, para entrar numa sociedade de indivíduos. A performance do indivíduo inseguro é apresentada sobre este viés.

Palavras chave: Alain Ehrenberg. Culto da performance. Individualismo

The performance of the insecure individual – an anthropological view of health according to Alain Ehrenberg

Abstract:
The performance of the insecure individual was structured in French society, as well as in urbanized European/Western society, according to specific social and economic conditions. Alain Ehrenberg's books "The Cult of Performance" and "The Insufficient Individual" are the basis for this essay. According to the author, French individuals in the 1990s gradually left a society in which social layers structured political conflicts and collectively organized personal identities, within a stable national panorama, to enter a society of individuals. The performance of the insecure individual is presented based on this bias.

Keywords: Alain Ehrenberg. Cult of performance. Individualism

1. INTRODUÇÃO

Nos anos 1990, Alain Ehrenberg, um eminente antropólogo da saúde francês, escreveu uma trilogia na qual apresenta um percurso histórico do que veio a se tornar o transtorno depressivo. A performance do indivíduo inseguro foi sendo estruturada na sociedade francesa, assim como na europeia/ocidental urbanizada, segundo condições sociais e econômicas específicas.

Este percurso está descrito em dois de seus livros: *O culto da performance* e *O indivíduo insuficiente.* Dada a importância destes textos, suas principais ideias estão apresentadas neste artigo.

Infelizmente não estão publicados em português. Uma das autoras fez uma tradução livre com ajuda de uma profissional, de modo que as ideias originais e proficuas de Ehrenberg possam ser conhecidas, estudadas e consideradas como uma excelente descrição de um percurso histórico e um importante referencial teórico.

2. O CULTO DA PERFORMANCE

Desde os anos 80 aproximadamente a sociedade francesa se converteu ao culto da performance. O esporte está na moda, a empresa na mídia, o sucesso social é glorificado e há uma forte apologia do consumo. Esse novo credo se instalou no modo de vida do francês e mudou a imagem que a França tem de si mesma: os movimentos sociais deram lugar aos vencedores, o conforto à superatividade, as paixões políticas à atração da concorrência selvagem. A ação individual tornou-se valor de referência, o consumo promove relação ativa com objetos, serviços e lazer. Tem um status de mitologia como nos anos 60 era o bem-estar. A concorrência não considera a posição social, coloca em evidência a autonomia e a aparência do indivíduo. (Ehrenberg, 1991)

Batalhadores, líderes, aventureiros e outras figuras conquistadoras invadiram o imaginário francês. Simbolizam uma versão empreendedora e atlética da vida em sociedade, já que no mercado dos grandes valores o valor do mercado é crescente. É o espaço que produz a exclusão, destrói as formas assistenciais instituídas e favorece as desigualdades. Mas, simultaneamente, sem competitividade da empresa, sem a eficácia da proteção social ou de estratégias de reinserção adequadas não há liberdade política sem mercado. O discurso econômico é o motor da política e o diretor da empresa é o personagem da vanguarda de uma atitude de massa. Não há oposição de natureza entre a democracia e a empresa, pois ambas mudaram de significação: o instrumento de dominação sobre as classes populares tornou-se *um modelo de comportamento* para todos os indivíduos. *Versão atlética*, pois esta transformação da relação da empresa está na mesma linha da mudança de status da disputa esportiva. Ela é hoje, tanto um conjunto de práticas corporais esportivas, como *um princípio de ação*

em todas as direções: o esporte saiu do esporte e tornou-se um estado de espírito, um modo de formação da relação social, da relação consigo e com o outro para o homem competitivo com vontade de conseguir uma sociedade de competição generalizada. Caso o coração falte, a indústria farmacêutica coloca a disposição meios artificiais para vencer este estado. (Ehrenberg, 1991)

A invasão do espaço político, social e mental por um estilo de existência construído nessa linha de competição deixa perplexo o observador dos costumes franceses. Três deslocamentos exemplares caracterizam o ideal de performance à francesa: o chefe da empresa é hoje, muito mais o emblema de eficácia e sucesso social que aquele de exploração do homem pelo homem. O consumo é como um vetor de realização pessoal que no passado significava alienação de massa e passividade de cada um. Os campeões esportivos tornaram-se símbolos de excelência social quando eram antes sinal de atraso, deficiência popular. *Concorrência econômica, consumo de massa e competição esportiva,* os três mudaram de status. Entre eles estabeleceram-se relações inéditas dando corpo a um estilo de existência descrito por Ehrenberg a partir das transformações da paisagem do imaginário francês. (Ehrenberg, 1991)

Os valores, as normas de conduta e os pontos de referência da existência que essas transformações vão agregar se difundiram muito rápido na França, num contexto político preciso. Apareceram claramente na mídia entre 82 e 84, numa conjuntura da esquerda no poder que pos fim a dupla utopia do Estado seguro e da alternativa ao capitalismo. (Ehrenberg, 1991)

A generalização da competição se produz numa situação de fragmentação da existência - cujo recuo dos pontos de referência políticos, sociais e instituídos é uma das manifestações mais claras - caracterizada pelo duplo movimento interdependente de um neoindividualismo e de um neocomunitarismo. O primeiro se manifesta pela valorização do indivíduo leve, móvel, autônomo, independente que encontra por si mesmo seus pontos de referência na existência e se realizam por sua ação pessoal. O segundo se expressa pelo desenvolvimento de novas formas comunitárias de pertencer (os movimentos carismáticos católicos por exemplo), nos quais as mais duras formas (como o fundamentalismo islâmico que se alimenta da institucionalização de verdadeiros guetos de imigrantes, a renovação das ideologias nacionalistas com o lepenismo produzido pelo declínio de antigas paixões políticas ou aparição de bandos ligados por vinculação étnica) são o

resultado de um processo de exclusão social que o Estado providência não pôde dominar.

São as duas faces da sociedade francesa do início dos anos 90. As duas são resultado da pacificação aparente da sociedade e da crise do modelo republicano de integração social pela aquisição da cidadania; são atravessadas por tensões: o neocomunitarismo não provém sempre de uma dinâmica antidemocrática enquanto o neoindividualismo não se insere necessariamente numa dinâmica democrática.

Essas mudanças nos costumes e essas mudanças das representações sociais mostram um tipo de sociedade e um estilo de homem democrático ao mesmo tempo pós-securitários e pós-revolucionário. A moda da performance permite descrever como se modificaram as relações sociais cotidianas de uma sociedade quando esses modelos políticos instituídos não fornecem mais soluções críveis para os problemas maiores aos quais ela se vê confrontada e quando as utopias da boa sociedade enfim reconciliada com ela própria num futuro ideal desapareceram. (Ehrenberg, 1991)

A singularização de um indivíduo qualquer

Se os conquistadores são múltiplos, a valorização da figura do empreendedor e da ação de empreender são os emblemas dela. Administrações, coletividades, associações todas não sucumbem, mas cada um vai buscar seu paradigma de performance para se modernizar, se democratizar ou servir melhor o usuário. Mais ainda, cada indivíduo deve, com seu trabalho, sua vida afetiva e seus lazeres, conduzir sua vida como um verdadeiro profissional de sua própria performance. A profissionalização da vida sobre os auspícios da empresa, seria o único caminho para conquistar sua autonomia, se distinguir na existência e definir sua identidade social. Cada um é, a partir de então, o empreendedor de sua própria vida. (Ehrenberg, 1991)

A concorrência é uma pedagogia de massa que encarna, ao mesmo tempo, a possibilidade *e* a pressão de se tornar alguém. Essa versão da vida em sociedade vai depositar sobre o indivíduo as responsabilidades antes tomadas somente pela esfera política. Ela empurra o mais humilde, o excluído a demonstrar que ele é capaz de se autogovernar sem que seja necessária a presença de uma

autoridade superior para dizer como ele deve ser e como deve se comportar. Este estilo de vida, que passa necessariamente por *correr riscos*, convida cada um a se tornar responsável por si próprio dentro de um universo, cada vez mais marcado pela incerteza e complexidade.

A sensibilidade igualitária é uma maneira geral de pensar e de resolver a contradição central das sociedades democráticas entre igualdades de princípios e desigualdades reais. Ela constitui de uma certa forma, um paradigma, operando a divisão entre a percepção do justo e do injusto, entre as desigualdades toleráveis e intoleráveis, determinando assim, o campo de enfrentamento dos atores, sua tomada de posição e seus ideais.

As políticas securitárias como as políticas revolucionárias opunham concorrência e justiça, as primeiras procuram proteger da concorrência e as segundas procuram aboli-las. Estado providência e sociedade sem classes eram as duas soluções globais para os problemas apresentados por esta oposição. Se o liberalismo econômico opunha mercado à justiça - porque ele era não só um modo de regulação mais eficaz, mas também a forma mais justa de distribuição de sanções e de recompensas -, ele protegia os beneficiários do sistema liberal e era globalmente percebido como tal. É essa oposição que está desaparecendo.

Através dessa dinâmica qualquer indivíduo encontra sua forma social pela ação de empreender, as relações específicas que foram recentemente instituídas entre indivíduos, igualdade e enfrentamento podem ser decompostos em três tempos. A competição esportiva e o consumo de massa foram, de modo diferente, os primeiros vetores de promoção de massa de um indivíduo qualquer na *vida privada*. O esporte colocou em cena um ideal de justiça individual, mas somente numa versão para uso das classes populares.

O consumo promoveu marginalmente uma temática de desabrochamento pessoal e somente numa versão destinada às classes médias. O Clube Mediterranée foi o símbolo disso, pois ele pré-figurou um estilo de consumo que tornou-se hoje dominante. Ele forneceu um modelo de conduta que descontraía a burguesia. O culto da performance fez uma passagem desta liberdade privada para uma norma para a vida pública fazendo a síntese da competição e do consumo, casando um modelo ultra-concorrencial e um modelo de realização pessoal. Emprestando à competição esportiva seu critério de justa concorrência e ao

consumo sua temática de realização pessoal, a empresa é simultaneamente espelho e produtora da relação contemporânea de igualdade.

3. O INDIVÍDUO INSEGURO

Neste livro, os indivíduos franceses saíram aos poucos de uma sociedade na qual as camadas sociais estruturavam os embates políticos, definiam as diferenças entre os estilos de vida e organizavam coletivamente as identidades pessoais, dentro de um panorama nacional estável, para entrar numa sociedade de indivíduos.

O debate sobre o individualismo foi construído na França como imã e o sintoma de uma série de problemas concernentes às fronteiras entre a vida pública e privada, o lugar da política e da cidadania e, de forma geral, as modalidades do viver junto.

A sociedade francesa passou bruscamente de uma determinação por um passado do qual pode fugir graças aos avanços da proteção social e ao crescimento econômico, para uma indeterminação pelo futuro que faz cair sobre o indivíduo responsabilidade proveniente da ação pública. É uma sociedade de responsabilidade de si: cada um deve imperativamente encontrar um projeto e agir, por conta própria, para não ser excluído, qualquer que seja a pobreza de recursos culturais, econômicos e sociais que o indivíduo dispõe.

Para explorar esses temas será feito um corte transversal de dois laboratórios de dois tipos de comportamento: a restauração da sensação de si, que se obtém pelo uso de drogas ou medicamentos psicotrópicos, e a reconstrução da imagem de si, que a televisão oferece há alguns anos. Estas duas áreas suscitam múltiplas polêmicas que têm por pano de fundo uma dificuldade em pensar na subjetividade com outras ferramentas intelectuais além da moral, da psicologia clínica ou da filosofia da consciência.

Entre a aventura empreendedora e a depressão nervosa: a característica dos anos 80.

Os anos 80 colocam em cena um modelo de ação para todos: qualquer um, no alto ou embaixo da hierarquia social, partiria para a dupla conquista do sucesso social e de sua identidade social, venceria tornando-se ele mesmo.

Este modelo de ação modificou de modo paralelo a antiga figura do indivíduo hedonista. Ele tornou-se uma realidade tangível nos anos 60 com o bem-estar, o crescimento da renda, o consumo de massa que permitiu à maior parte dos franceses levar uma vida privada decente. Por outro lado, o bem-estar tinha um preço político: a alienação. As massas corriam em direção aos prazeres do presente em lugar de se preocuparem com seu futuro. Entretanto, nos anos 80, uma coisa mudou a representação do indivíduo hedonista: seu desabrochamento aconteceria em função de si mesmo. O modelo do mérito encarnado doravante pelo empreendedor retrabalhava o próprio consumo: ele não é mais a compensação de um trabalho sem interesse – compensação obtida pela combatividade social, os aumentos automáticos de salários e o progresso da proteção social. O indivíduo conquistador da mitologia francesa era análogo ao self-made-man americano, um dos traços do comportamento e da cultura política dos EUA.

A mitologia empreendedora tem seu declínio ao final da década de 80, quando percebe o grau de degradação do tecido social, e a ineficácia das estratégias aplicadas pela ação pública: o culto da performance não garante mais o emprego. Dali em diante, o conjunto das classes sociais foi tocado pelo desemprego: aos jovens sem formação e aos operários sem qualificação, que constituíram a massa de desempregados, surgidas no rastro da reconstrução econômica do início dos anos 80, acrescenta-se os operários qualificados, técnicos e os altos executivos.

Os franceses esperavam continuar a mobilidade ascendente dos anos trinta, mas encontram-se face a uma mobilidade descendente generalizada. Entraram numa sociedade frustrações, pois o imaginário da ascensão social persiste num contexto que não lhe é mais favorável, e não há nenhuma certeza de que o será mais favorável no futuro. O medo da exclusão está por toda parte.

A retórica de concorrência dos anos 80 deixava compreender que aquele que chegava primeiro podia ter sucesso, uma década depois gera o sentimento de receio, de que qualquer cidadão pode fracassar. A fronteira parece muito mais tênue entre a ascensão para o sucesso e a decida para exclusão.

Muitos trabalhos solidamente argumentados concluem ao final do pleno emprego, qualquer que sejam as variações da conjuntura econômica e a absoluta necessidade de repensar o Estado providência. A infelicidade comum está presente em todo lugar e é um objeto de análise que provém de instituições das mais diversificadas: renovações religiosas, para-ciências, televisão, revistas de saúde, etc. Todos, de um modo ou de outro, tem como alvo a diminuição dessa infelicidade.

O individualismo de massa começou sua carreira na França, como símbolo de aventura empreendedora, sob ameaça de depressão nervosa. A apologia dos vencedores, do narcisismo de massa e o encapsulado feliz, que se difundiu sobre o declínio das formas políticas das sociedades de classes, apagou-se brutalmente e nós entramos numa conjuntura sombria e da qual aparece uma grande queixa: o *indivíduo sofredor* parece ter substituído/suplantado o *indivíduo conquistador*. Entretanto, um não sucede o outro, eles são *duas facetas do governo de si*, suscitados pelos estilos de relações sociais e modelo de ação dominantes.

Governo de si: a novidade é a responsabilidade crescente de problemas pelo próprio indivíduo, em todas as camadas da sociedade. O número de mecanismos sociais que favoreciam automatismos de comportamento ou atitudes diminuiu muito em proveito das normas que incitam a decisão pessoal, tratando-se de pesquisa de emprego, da vida do casal, de educação, de maneiras de trabalhar ou de conservar a saúde; nessas áreas e em outras também nós somos motivados a sermos responsáveis por nós mesmos. A vida era vivida pela maior parte das pessoas como um destino coletivo e hoje é uma história pessoal.

Cada um, doravante indubitavelmente confrontado com o incerto, deve se apoiar em si mesmo para inventar sua vida, dar um sentido e engajar-se na ação. Esta mudança de situação da individualidade, esta carga de responsabilidade pessoal onde reinavam as regras comportamentais fixas, isso constitui uma tendência de fundo das sociedades democráticas avançadas: a indeterminação é um modo de existência de massa cujo indivíduo conquistador e o indivíduo sofredor desenham os contornos e as tensões inevitáveis.

A incerteza é a de um lugar que deve ser construído pessoalmente, quaisquer que sejam as inegáveis competências que cada um recebeu pela sua origem social e sua vida escolar e profissional em que o horizonte de expectativas continua sendo o de mobilidade social.

O individualismo torna visível duas mudanças interdependentes que são o nó górgio da confusão entre o privado e o público. A inflação da vida privada não deve então ser compreendida como uma exposição narcisista – é um epifenômeno – ela é o que se torna a vida privada quando se modela sobre a vida pública: um espaço onde as pessoas comunicam-se para negociar e chegar a compromissos ao invés de mandar e obedecer. São novas relações entre um privado e um público cujos conteúdos modificaram-se. Privatização da vida pública e publicização da vida privada são dois processos que estas mudanças recobrem. O individualismo contemporâneo é o produto de suas mutações paralelas.

Divisão do social e divisão do sujeito: a decomposição do modelo político francês e a questão do indivíduo.

A história não é mais progresso contínuo à sombra de um Estado-providência, nacional, depois europeu, cobrindo cada vez melhor os riscos e regulando os conflitos, ela exprime antes a incerteza do futuro. A temporalidade não é mais linear, ela se confunde. O mesmo acontece com a legibilidade da sociedade, ela se torna mais opaca, porque as classes sociais não são operatórias para destacar as divisões políticas significativas, ao passo que as desigualdades têm sempre o mesmo peso. Por isso estão em crise as formas de regulação política que se instalaram ao longo do século XIX sobre essa visão do tempo e do espaço social, o modelo republicano e sua extensão no Estado providência.

O modelo republicano levava a um processo de democratização específico. Ele operava um movimento de vai e vem entre, de um lado uma emancipação coletiva que arrancava o indivíduo de suas dependências privadas e o transformava em cidadão através da participação política, de outro lado uma melhora de suas condições de existência particular pela ação dos serviços públicos e dos equipamentos coletivos que permitem ao Estado o controle do consumo.

A democratização da sociedade, que o modelo republicano conduziu após a Segunda Guerra Mundial, voltou-se contra ele: o aumento das chances dadas à iniciativa individual ao longo dos anos trinta, teve como preço político colocar em crise o duplo movimento e o fez perder sua força estruturadora para a sociedade francesa, ou seja, a crise da representação política. Consequentemente, o espaço público político não tem mais o monopólio da expressão única e autêntica

individualidade que é a cidadania. Esta cidadania perde em seu conteúdo e em sua significação política, mas torna-se simultaneamente um modelo em outras áreas que não só no político strito sensu: ela vai fornecer referência para a democratização das instituições - cidadanias econômica, social ou familiar. O novo individualismo foi uma maneira de designar a crise do modelo republicano de democratização dos anos 80. Ele a simbolizou nas áreas da cultura, da educação e da política.

Os franceses saíram de uma visão republicana, mas não entraram numa visão liberal: a emancipação coletiva pela absorção do privado no político não substitui a limitação do poder do Estado que estimularia a iniciativa individual. Ao invés de fazer a oposição entre o modelo republicano e liberal, é mais operatório para o pensamento voltar a uma das funções maiores da política: marcar a solidariedade coletiva, fazer aparecer as divisões que tornam legível a sociedade e desenhar representações conflituosas do futuro a fim de que as escolhas reais possam ser feitas. A representação, no sentido de dar forma, mais do que delegar, é o impulso da ação, porque ela dá aos cidadãos o sentimento de não estarem abandonados a eles mesmos. Ela serve para injetar energia dando corpo à dependência mútua que sustenta a autonomia de cada um.

A constatação da privatização da existência impede que se perceba a demanda de representação que é o complemento da publicização da vida privada, do aumento das exigências que pesam sobre a individualidade. Pode-se então racionalmente estimar que a interferência das responsabilidades da política favoreceu a queda da sociedade francesa em um clima ansiógeno. Realidade interna e realidade externa são rearticulados em torno de um princípio de ação de alcance geral.

Compreende-se então a urgência de sair das oposições estabelecidas indivíduo-privado/sociedade-coletivo, pois o indivíduo é simultaneamente uma relação consigo e com o mundo. Ele é a expressão de uma tensão entre um movimento de emancipação relacionada a toda a transcendência, impondo-se a priori e de conflito com uma ordem (ou uma desordem) que se passa em seu interior. O processo de civilização emancipa o indivíduo progressivamente de constrangimentos imemoráveis, mas o faz sofrer por outras leis.

Este tipo de concepção é um meio de trabalhar em uma perspectiva sociológica e política que coloca a subjetividade no mundo e não no foro íntimo. Ela fornece uma tentativa para articular a indeterminação democrática e o autocontrole

do processo de civilização. A seguir, a descrição de suas formas e seu material de análise.

Subjetividade e responsabilidade: para uma sociedade de desinibidos.

A decomposição progressiva do universo institucional e mental republicano foi acompanhada de uma redefinição das fronteiras e dos conteúdos da vida pública e da vida privada: cada um quer e deve tornar-se o ator de sua própria vida. Esta mistura de aspirações e de normas desenha um estilo de relação para a sociedade que faz da autoestima a condição da ação. Nessa nova configuração normativa, cada um, seja psicanalista ou desempregado, deve apoiar sua conduta em si mesmo e ir adiante: a experiência do mundo e de si se misturam, as marcas simbólicas não são mais dadas antecipadamente.

O sofrimento psíquico, noção dificilmente definível, faz-se objeto de uma grande atenção. Codifica-se uma multiplicidade de problemas cotidianos na linguagem psicológica, e particularmente aquelas da depressão, no entanto, foram enunciados anteriormente numa linguagem social ou política da reivindicação da luta e da desigualdade. Esta subjetivação generalizada é uma forma social e política. Ela deve ser analisada como um processo histórico e não ser mais reduzida a somente psicologizar as relações sociais.

A socialização consiste, tradicionalmente, em preparar as pessoas para os papéis institucionais para os quais elas são destinadas e discipliná-las para que elas aceitem isso: aplicar regras, obedecer às instruções da hierarquia, estar ajustado a normas fixas. O indivíduo inseguro caracteriza uma sociedade de indivíduos desinibidos cuja mola propulsora é o aprimoramento de si, condição indispensável para se conduzir uma sociedade complexa e um futuro opaco.

Destacam-se dois registros complementares: o das representações de si mesmo que tornariam visíveis os dilemas da individualidade e os recursos interpretativos para responder a eles; e o das técnicas de si que multiplicam as capacidades de ação. Imagem de si e sensação de si, essa distinção comanda a escolha de fazer a anatomia transversal de objetos tão diferentes quanto a televisão e a droga, dois dispositivos para desinibir a individualidade pela palavra e a sensação. Mais solicitado, o indivíduo encontra soluções tomando drogas e

medicamentos psicotrópicos que o confortam, mais ávido de reconhecimento ele dá o testemunho de sua própria vida na televisão esperando encontrar pontos de referência para agir.

As substâncias que permitem modificar o estado de consciência e os programas de televisão onde indivíduos comuns se expõem e expõem seus problemas em público são, há alguns anos, objeto de intenso debate que teve como pano de fundo dois aspectos da responsabilidade: na televisão, as pessoas podem expor tudo; nas drogas elas podem descarregar tudo. É nesse sentido que elas são particularmente significativas de confusão do público e do privado. A invasão aparente da vida privada no espaço público encontra um símbolo no gênero televisivo chamado “reality show”. Ele é talvez um dos sinais mais flagrantes da degradação da política no espetáculo ou no despudor individualista, mas confronta os indivíduos mais profundamente com os limites que cada um deve mostrar. A droga simboliza os limites do direito a dispor de si mesmo, quando são ultrapassados não se faz mais sociedade, mas a partir de uma incerteza pela qual cada um deve se responsabilizar. Daí o processo inverso do controle público da vida privada.

Colocando o objetivo dessas duas usinas de fabricar mitos ao nível rasteiro, pretende-se nivelar as incertezas da responsabilidade descrevendo modelos de vida muito comuns, enterrados na espessidão do cotidiano. Esses objetos têm um duplo interesse para o observador das mitologias contemporâneas. Em primeiro lugar, pertencendo aos domínios da consumação e da cultura de massa, são particularmente trabalhados pelos preconceitos (despudor televisual ou ausência do mundo do toxicômano) que os tornam cegos aos problemas reais. Depois, eles permitem examinar a dupla questão da responsabilidade da subjetividade no cerne da sociedade

A intenção não é varrer os preconceitos, mas tirar-lhes a essência: a ausência no mundo do toxicômano é o preconceito que permite refletir sobre a distância mínima de si, sem a qual ele arrisca se destruir perdendo o contato com o outro; o despudor da exposição televisiva serve para pensar a distância mínima do outro sem a qual perde-se o contato consigo.

Ingestão de substâncias psicotrópicas e exposição televisiva são usadas aqui como duas entradas sobre *a distância que faz ligação*. Será mostrado, em primeiro lugar, que a droga foi a vanguarda maldita da generalização de uma

procura por sensações que atravessa doravante toda a sociedade francesa, depois que a televisão é, ao mesmo tempo, retaguarda conformista de uma procura de interpretações já ancoradas massivamente nos costumes, e a pré-figuração desastrada de uma tecnologização da subjetividade. No futuro, a sociedade viverá com uma panóplia crescente de substâncias psicotrópicas, das quais as drogas ilícitas são apenas um aspecto marginal, e com múltiplos objetos de comunicação para performances intensas. Não se voltará mais a uma sociedade sem drogas e não se retornará mais a era de uma televisão cívica, mas não se estará mais sem recursos para fazer parte das coisas e regular seus problemas.

Por uma antropologia crítica da democracia

A proposta de Ehrenberg não é a de uma sociologia dos usos dos psicotrópicos e dos públicos da televisão, mas uma tentativa de descrever uma forma social, a realidade impalpável da subjetividade sem ter que recorrer a uma filosofia da consciência ou a uma psicossociologia. Como trabalhar dessa maneira não é costume entre os sociólogos será apresentada a seguir uma explicação sobre o procedimento.

Pode-se trabalhar simultaneamente sobre assuntos tão heteróclitos quanto a televisão e a droga? O procedimento empregado não considera que esses objetos implicam exclusivamente em análises separadas, destacando especialidades profissionais. Em compensação, ele deve se confrontar com elas para ter um mínimo de validade.

A intenção é estudar as mudanças das relações entre o privado e o público que vem de um mesmo imaginário coletivo.

A competição esportiva foi abordada, no primeiro volume desta pesquisa sobre o indivíduo na França, Le culte de la performance, 1991 como uma mitologia da igualdade, como uma maneira de desmanchar no imaginário coletivo, a contradição insuperável nele mesmo, entre igualdade de princípios e desigualdades reais: no esporte, o melhor está sempre no topo, há adequação entre o mérito e o êxito. Esta é a mola propulsora ao mesmo tempo de sua popularidade e de sua modernidade: a competição esportiva é menos a representação enganadora de uma realidade que a tradução de um ideal igualitário; ela é o casamento da concorrência e da justiça e encarna uma justa desigualdade. A televisão e a droga estão

aproximadas com as mitologias da liberdade: elas expressam os dilemas da liberdade que acompanham as mutações do imaginário igualitário.

Este procedimento julga-se um meio de trabalhas as questões conceituadas pela filosofia política (o que é uma sociedade justa? Existem desigualdades justas? A liberdade é divisível?) através das sensibilidades coletivas e das práticas de massa: a anatomia do sentido comum é um meio de encontrar uma relação com o político que se misturou, ele permite captar no que a política abarca ou não uma experiência coletiva. A sociologia praticada neste contexto procura se apoiar na reflexão política sobre os costumes. A crise da política é um tema recorrente, como se a política não tivesse história, não se transformasse, enquanto os costumes, as relações sociais, os sentimentos e estruturas de classe mudam. Esta crise é *somente* de uma forma e de uma política precisas. O valor dos objetos examinados se prende no que a política não se apresenta somente em terrenos definidos como política pela teoria. A autonomia do político, na qual é uma forma separada não sendo um subsistema, é um processo de reconstituição permanente com bases mutantes e modalidades novas que não deve ser traduzida como um corte ou um esquecimento da sociedade. A política não é um dado imutável, sua definição com suas funções não tem nenhum caráter de evidência. Por esta razão, as ciências sociais devem dessubstanciá-la.

Uma patologia da democracia procura transpor a separação entre o pensamento da política e o pensamento da sociedade, para desenhar os caminhos que os juntam. Ela procura escapar da multiplicação de especialidades e de subespecialidades para reencontrar uma unidade nas questões propostas pela filosofia política, mas trabalhando-as no cerne da sociedade. A idéia é de analisar a experiência vivida no cotidiano reunindo as questões postas pela filosofia política. Trata-se de trabalhar os limites e os dilemas da responsabilidade, pensadas em um alto nível de abstração pela filosofia política, ligada a uma vida qualquer.

A perspectiva crítica adotada procura fornecer a chave para compreensão da atualidade trabalhando sobre objetos onde são formados e resolvidos conflitos inerentes à vida atual.

A crítica não visa desencantar o mundo destruindo as ilusões, ocupar uma posição de autoridade, dizer a cada um aquilo que ele deve fazer, ou definir a vida correta, mas representar melhor as clivagens tornando as coisas discutíveis, portanto partilháveis.

Os progressos da psicofarmacologia e da neurobiologia colocam no mercado produtos que trazem um equilíbrio psicológico com efeitos secundários reduzidos. A humanidade melhorada artificialmente pelos medicamentos psicotrópicos que permitem abrandar a angústia, estimular o humor, reforçar a memória ou a imaginação está na iminência de tornar-se o cotidiano. Se é possível modificar as percepções mentais sem risco para si e para o outro, as sociedades serão compostas de indivíduos “normais” e assistidos permanentemente pelos produtos psíquicos? O mito da droga perfeita é uma questão sociológica e política da atualidade.

A droga é certamente uma escravidão para uma parte de seus consumidores, no entanto, as drogas, os produtos psicotrópicos (drogas ilícitas, álcool, medicamentos psicotrópicos) participam de situações existenciais próprias as sociedades de indivíduos que a figura do toxicômano radicaliza. Ele constitui a parte exterior do iceberg.

A imagem do drogado é a de um consumidor compulsivo que alarga a tal ponto a fronteiras de si que acaba com a distância de si mesmo e não faz mais sociedade – é a ausência do mundo, este casamento consigo mesmo que o termo “toxicomania” designa. A sociedade contemporânea vê a experiência do consumo de drogas num imaginário do extremo (a dependência, a violência sobre si e sobre o outro, a morte), embora as pesquisas empíricas das ciências sociais sobre seus usos mostram um espectro de engajamento com os produtos, inclusive os mais poderosos, muito diversificado, como todos os produtos de consumo. Mas sua realidade complexa importa menos aqui que sua mitologia porque eles condensam as tensões típicas da liberdade moderna: quais são os limites para livre disposição de seu próprio corpo? Quais são, ao contrário, as fronteiras do controle público dos comportamentos privados? Segundo quais critérios e quais modalidades estes controles devem ser aplicados? A partir de quais limites a droga interessa à lei penal, necessita de intervenção do poder público, ou ela deve ser objeto de uma responsabilidade médico-patológica? A droga levanta todas essas interrogações. Ela é um mito nas sociedades democráticas pois sua singularidade é de levar ao extremo a tensão moderna entre o direito de dispor de si dever de pertencer à sociedade, tensão que é menos visível ou sensível e outro lugar, mas sempre presente. Ela permite refletir concretamente sobre problemas de fronteira entre

espaço público e privado e o lugar que a política ocupa para definir seus critérios de regulação.

Entre patologia da vontade e construção de si, as drogas desenham um espaço imaginário no qual se inscreve a questão das relações entre a subjetividade e vinculação a uma ligação: quais são os limites além dos quais não se é mais você mesmo, perdemos e sua identidade pessoal e seu caráter de membro da sociedade?

A variedade da paisagem contemporânea da modificação artificial de si é generalizada, mas pouco visível: a droga foi a vanguarda maldita de um processo largamente banalizado. Entre a Aids e a heroína de um lado, e condutas de múltiplos riscos de outro, a sociedade francesa está confrontada com a dificuldade de romper com o modelo de abstinência e a necessidade de repensar a proibição em função de uma grande diversidade de práticas de modificação de si.

O mapa do indivíduo sob influência se desenvolve hoje numa tensão entre duas imagens: o buraco negro da heroína e a vida agitada estimulada do antidepressivo. Irmã Morfina e Senhorita Prozac fazem parte de um mesmo mundo, mas não são equivalentes: a primeira provém de uma patologia de não inserção, a segunda de uma patologia de forte inserção. Elas encarnam dois aspectos diferentes e ligados por uma mesma questão, da qual pode-se predizer sem risco que estará mais e mais presente nesta conjuntura de longa duração onde o suporte sobre si mesmo é o trampolim da boa relação com a sociedade: como melhorar seu equilíbrio interior para encontrar seu lugar, quando cada um deve dar conta de si mesmo? No círculo autonomia – independência – dependência, estas duas figuras representam duas modalidades limites solidárias às cenas da modificação de si: a decadência inevitável – tortura da falta, delinqüência e morte no final do trajeto da seringa – e a supressão dos problemas que o fato de viver colocam – a inconsciência de um robô químico. No espaço imaginário ocupado por produtos que têm efeitos depressivos, estimulantes ou euforisantes sobre o sistema nervoso central, o drogado pagará um preço máximo à forma psíquica que o “comedor” de medicamentos a praticaria sem sentir. Ele fracassa no que talvez o outro tenha conseguido: atingir a saúde psíquica, este bem-estar psicológico que o coloca em contato consigo mesmo e não inibe mais a relação com o outro.

A Aids modifica totalmente a definição da situação das drogas dizimando Irmã Morfina, enquanto a Senhorita Prozac, estimulada, dopada e superadaptada,

não é mais que um dos múltiplos personagens do mundo do aprimoramento de si. Esta prática legitimamente isto que aquela lá faz há muito tempo ilegalmente. A cultura francesa de proibição se desmorona sobre os golpes violentos destas transformações: elas tornam sem significado para os consumidores e os não consumidores uma proibição muito rígida, enunciada a partir de uma posição de autoridade ao invés de ter significação em relação aos novos riscos e novas práticas da transformação de si.

De um lado, há um processo que é uma manifestação típica da desorientação política na França face ao problema das drogas. De outro, uma gestão instrumental de seu foro íntimo, uma medicação para melhor funcionar e se inserir nas relações. A cartografia complexa dos modificadores de estados de consciência conduz a duas questões da incerteza dos lugares e a da procura da relação. O que é ser normal? O que é ser eu mesmo? A partir de que limite não se é mais? A dificuldade de definir a normalidade no duplo sentido da norma e da média é o segundo plano a partir do qual a questão política deve ser refletida.

A recomposição da paisagem farmacológica e as transformações do cuidado clínico em saúde mental são indicadores de uma inflexão que parece destinada à um belo futuro. Na intersecção entre certas inovações científicas e a norma de autonomia, são difundidos novos meios de melhorar o foro íntimo: eles conduzem para uma suspensão da distinção natural/artificial e normal/patológico que acompanha a interferência do público e do privado. Estas tendências são marcadas pelo desenvolvimento de novas cronicidades, com personagens sociais que são, ao mesmo tempo, não doentes e não curados. Por falta de poder curá-los e de definir uma norma em matéria de problemas psíquicos asseguram-lhes *uma qualidade de vida*, diminuindo seus sofrimentos psíquicos e aumentando seu tônus, ao qual somente o drogado ainda não tem direito.

Entra-se assim, numa era do paliativo que multiplicará os substitutos para a metadona, os antidepressivos e, talvez logo, os medicamentos da memória que serão as drogas da cognição. Os indivíduos viverão com todas as drogas, as mais perigosas ficarão presentes enquanto as indústrias farmacêuticas continuarão a orientar massivamente suas pesquisas para as drogas com o mínimo de efeitos colaterais possível.

Para as sociedades democráticas, ele é o lugar de uma interrogação sobre os limites da liberdade privada, isto é, sobre a tensão entre o mínimo de

contato consigo, sem o qual não se pode entrar em relação com o outro, e o mínimo de *distância* de si, sem a qual não se pode fazer sociedade. Não há resposta absoluta à esta interrogação, mas este é um dos problemas dos mais concretos que se deve esperar sofrer cada vez mais o avesso da responsabilidade individual que é a redução da distância para si.

O recuo da cultura hierárquica, que destinava cada um ao seu lugar na sociedade – a categoria social – e familiar, foi acompanhado deste efeito inesperado que é a entrada da televisão nos mercados do equilíbrio interior. Já que cada um é mais igual, ele tem mais direitos (os da criança e da mulher aumentaram muito a partir dos anos 60), mas ele tem também outros deveres além de obedecer ou de comandar: ele deve encontrar a distância ideal do outro e se ajustar a ele mobilizando suas competências pessoais.

A hipótese colocada é que o reality-show é a expressão, num divertimento, desta recomposição do privado e do público. A mudança que o psi-show apresentou à curiosidade familiar, além da exposição de sofrimentos privados, é o acesso virtual da televisão ao primeiro que comunicar, a título privado, algo de pessoal num espaço público. O impulso imaginário do reality-show é o testemunho de sua própria vida, ele condensa esta dimensão da televisão que atinge de forma menos visível à ficção, o documentário, a variedade ou a informação. Este testemunho é menos o egoísmo do indivíduo introspectivo que a procura do outro através da pesquisa da comunicação com ele: ele é a expressão de uma preocupação pelo vínculo.

Os reality-shows são somente a parte que aparece de um estilo televisivo que se situa no coração dos dilemas contemporâneos da individualidade que pretendem tratar adequadamente a todos, mantendo as funções de distração da televisão. Nessa conjuntura onde a norma central é a conquista da autonomia e a exigência de colocar antes de si, cada um pode, até mesmo deve, ser considerado como o melhor especialista de sua própria vida e deveria mostrar – comunicar – a todos. A televisão, referindo-se a um modelo de comunicação, entrou na época da *mediação relacional* permanecendo como uma distração de massa: esses programas mostram a relação entre um e outro, eles oferecem uma cena pública que, fornecendo sentido a cada um sobre as dificuldades de relacionamento e, para uma parte delas, uma situação de ação aos protagonistas como aos espectadores.

Se a televisão é a retaguarda das mutações que afetaram a sociedade em profundidade nos anos 60, ela pré-figura a cultura de massa interativa que está a caminho de investir em multimídia e realidade virtual, a mudança brusca da televisão na novidade das utopias de abundância: o sonho de um objeto total que reuniria as telas hoje dispersas e permitiria receber tudo – imagens, textos, dados, sons – e enviar tudo, isto é, comunicar-se virtualmente com o mundo inteiro. Este sonho é repetido pelo de abolição da tela e da expulsão do objeto como interface com o mundo: a realidade virtual sucede às imagens que se assiste, seja um programa, as imagens nas quais se move, seja um mundo que explora, não mais as imagens sensacionalistas, mas as sensações diretas pela imersão nelas. Ela sublinha assim a fronteira tênue entre pesquisa de significados e pesquisa de sensações.

O testemunho televisivo é uma mitologia na democracia, porque ela declama indefinidamente o tema da distância incerta que ele recusa sobre uma enorme diversidade de preocupações. O reality-show permite abordar o problema das relações entre o mesmo e o outro a partir de uma questão: qual é a distância mínima do outro sem a qual não se faz relação? Esta strip-tease da alma está para a questão do outro e para a interpretação de si como a heroína, esta blindagem do foro íntimo está para a sensação de si: se a droga é a parte maldita, o reality-show é a parte desprezada. Pode-se assim fechar, nas práticas de massa, isto é, vistas de outro ângulo, duas facetas da responsabilidade de si: a droga confronta aos limites pelo que cada um deve se responsabilizar, a televisão permite colocar a questão dos limites dos quais cada um deve dar conta. Como a droga, este estilo televisivo diz respeito ao problema da desinibição, mas sua situação é triplamente diferente. Em primeiro, trata-se de encontrar as fontes interpretativas em vez de modificar quimicamente suas percepções mentais: técnicas de ação sobre si e técnicas de interpretação de si constituem duas variantes do controle de si que dão corpo à individualidade. Depois, a droga foi uma vanguarda da generalização da pesquisa de sensações e pré-figurou as práticas de desinibição que afetam toda a sociedade já que a televisão ocupa o outro pólo: ela é a retaguarda desta segunda tendência que é a interpretação de si. Enfim, se a figura do drogado é a marca de um excesso de ausência, à do telespectador sobre um palco indica um excesso de presença para o outro: a obscenidade deste que se mostra e o voyeurismo daquele que assiste são a expressão disto.

A distância que faz vínculo: política e individualismo

Nos anos 60 a França dos notáveis e dos camponeses, com seu culto ao patrimônio e a poupança simbolizado pela casa do patrão, e a renda, morreu. Ela estava entrando em uma modernidade que tinha por horizonte temporal o progresso e o bem-estar para todos. As fronteiras entre classes sociais começaram a perder sua rigidez sob pressão das esperanças de mobilidade generalizada. O acesso generalizado à uma vida privada decente para todos abriu progressivamente um imenso mercado de consumo psíquico centrado na melhora do interior corporal. A qualidade de vida se caracteriza sempre no conforto, nos objetos e napostura social, mas igualmente no tônus, na confiança em si e na abertura ao outro que estimula as novas formas de ação. O espaço misterioso do interior é o asunto de *uma sensação para si* e de *uma visibilidade para o outro*. Nós estamos em uma época de aparência interior. Para encontrar um emprego ou para se fazer amar, para ter uma relação humana, é necessário mostrar seu interior psíquico, dar-lhe uma corporeidade quase palpável pelo olhar do outro.

Cada um está hoje desigualmente confrontado com a incerteza de ter que apoiar sua conduta sobre si mesmo, isto é, tomar decisões corretas, escolher relações adequadas e estabelecer as distâncias adequadas apoiando-se sobre suas próprias competências sem que uma referência seja fornecida a priori. Por que eu? Por que não eu? Este dilema é o destino do homem, porque entramos numa sociedade que ve o apagamento das utopias do fim da história. É isto que se apresenta nos anos 90 para todo mundo. Quem sou eu? O que devo fazer? O que posso esperar? No coração do psicotrópico como da comunicação, encontra-se ao mesmo tempo a questão identitária – o laço entre um e outro – a da ação – a partilha entre a responsabilidade que pertence a cada um e a da alçada do coletivo. O indivíduo inseguro é um pleonasmo.

Fronteiras imprecisas e distâncias incertas

O trajeto feito permitiu localizar uma tendência geral que brota do consumo de psicotrópicos e da comunicação televisiva: a acentuação da exigência e de aspiração à autonomia se acompanha de uma multiplicação de objetos eletrônicos ou químicos que fazem função de mediadores, aliviam o indivíduo do

peso de suas responsabilidades e diminuem a incerteza resultante da necessidade de decidir e de agir por si mesmo. A evolução das relações com a televisão e os psicotrópicos é característica do desenvolvimento maciço de tecnologias identitárias e de indústrias da autoestima.

As mutações da paisagem farmacológica são caracterizadas por uma extensão e uma dissolução da noção de droga que se manifesta pelo triplo fenômeno das drogas com toxicomania, das toxicomanias sem drogas e das drogas sem toxicomania. Os problemas da normalidade mexem com a saúde mental no paliativo e no acompanhamento, com seu séqüito de personagens nem doentes nem curados, flutuando na fronteira entre o patológico e o normal. Não se entrou em uma sociedade de robôs químicos, mas de percurso, muitas vezes caótico, entre autonomia e dependência.

Os psicotrópicos e o terminal relacional mostram que um dos maiores problemas da individualização reside na *transferência de responsabilidades para o indivíduo* que reduz a capacidade de agir e conduz a este lado sombrio da subjetividade que é a impotência psíquica (depressão, inibição, fadiga psíquica, stress, etc). Esta transferência é um dos principais motivos da queixa multiforme que acupa tanto espaço na França. Ela estrutura aspectos das questões identitárias, estimula os medos que percorrem a sociedade francesa e acompanha o crescimento rápido da sensibilidade a todos os sofrimentos psíquicos, privados, profissionais ou outros. Esses medos são os de uma *sociedade sem política*, onde a falta das instituições se faz muito concretamente sentir – a confusão do privado e do público, e o receio da privatização da existência são as conseqüências.

O problema não é denunciar os comerciantes do templo farmacêutico e de erradicar drogas e psicotrópicos, mas de reduzir as situações nas quais eles são as únicas soluções. O problema não é denunciar os comerciantes do templo audiovisual e de voltar à piedosa distração educativa, mas evitar que a representação do vínculo se torne o monopólio dos organizadores de espetáculos.

Pertence então a política organizar essas inquietudes. Ela não tem por função responder a todas as demandas, nem de ser pega somente nas redes de sua urgência, mas de traduzi-las para oferecer perspectivas de ação compreensíveis pela opinião e por permitir às pessoas responsabilizarem-se pessoalmente por seus problemas: tornar possível a ação, é mostrar o futuro, então dar os meios de reduzir as demandas. A política, para conservar sua credibilidade, deve necessariamente

fazer a distinção entre o tempo lento que desenha o futuro e o tempo curto que encobre a urgência. A democracia do público não é a política da opinião, a política não é o pronto-socorro da sociedade, e o axiomático do projeto não é ausência do Estado.

O indivíduo é uma construção instável e contraditória de si na relação com o outro, é uma maneira de colocar em relação realidade interna e realidade externa. Quanto mais se vive o outro como um semelhante, tanto mais torna-se indivíduo. Se se quer compreender a experiência contemporânea do indivíduo é preciso *o pensar como uma relação e não como uma substância*. Ele é colocado na articulação entre cuidado consigo e com o outro, articulação que provém, em primeiro lugar, da responsabilidade política. Compreender isto, permite reencontrar um sentido político que aparece defasado com o clima individualista somente porque supõe-se o indivíduo inteiramente voltado para seu mundo privado e displicente com o outro.

A droga e a televisão fizeram aqui o papel de sintomas; se a política não injeta a energia necessária à ação, as pessoas a encontrarão em outro lugar, mesmo se forem impulsos pobres ou perigosos. Os dois preconceitos de ausência do mundo do toxicômano e o despudor individualista recobrem esses problemas bem reais com os quais o aumento da subjetividade confronta sociedade. As linhas de partilha entre despudor e desinibição, de um lado, entre cuidado consigo e conduta autodestrutiva de outro, não podem ser definidos muito bem antecipadamente.

Uma sociedade que transfere para todos os indivíduos responsabilidades antes tomadas institucionalmente ao exterior dos mesmos deve esperar que estes mesmos indivíduos tenham estratégias de auto-assistência inesgotáveis e enviem variadas demandas a profissionais e instituições a fim de que lhes assegurem uma qualidade de vida e um conforto interior mínimo para estar bem. Ela deve esperar suportar este duplo reverso da responsabilidade individual que é a redução da distância de si e do outro, e inquietar-se com as fraturas do laço social que são a consequência disto.

A política é, ao mesmo tempo, tão necessária e menos evidente que antes pela mesma razão: porque os indivíduos se apóiam cada vez mais sobre seus impulsos internos. Ela é a condição para não ser prisioneiro de uma subjetividade na qual os dois riscos são a apatia depressiva que multiplica os riscos de

autodestruição, e a não limitação das relações de forças que reabre muito a porta à todas as dominações dos fortes sobre os fracos e à todas as violências que podem decorrer disso. O papel da política em uma era de subjetividade generalizada não consiste em se ocupar das almas ou dos inconscientes, em definir o bem comum, mas em regular as relações entre os homens de tal modo que as articulações entre o cuidado consigo e com o outro sejam facilitados. Faz parte da política aumentar a energia dos homens e fornecer um quadro de respostas sobre o que é viver em comum. Como construir uma política dos indivíduos? Como elaborar uma antropologia da subjetividade? Aí está evidentemente a dificuldade. É, contudo a estas questões que a crítica social, pelo menos, se ela quer ser política, deve daqui em diante se ocupar.

Bibliografia:

Ehrenberg, A. Le culte de la performance. Paris:Calmann-Levy, 1991.
L'individu incertain. Paris: Calmann-Levy, 1995.